

REFUGIADOS AFRICANOS QUE TENTAM A EUROPA: POR UMA UTOPIA CONCRETA

Elsa Lechner

Foi-me pedido que discorresse sobre o tema “Refugiados africanos que tentam a Europa”, sob o pano de fundo de uma compreensão intercontinental destes movimentos populacionais. À partida, o tema remete para uma geografia humana que está na ordem do dia nas notícias dos jornais, internet, radio e televisão, à escala mundial: a chamada ‘crise migratória’ que regista mais de 65 milhões de deslocados no presente. A visibilidade desta crise foi ampliada pela fuga de cidadãos Sírios, escapando à guerra e entrando maciçamente na Europa no verão de 2015. No entanto, esta crise é bem mais longa e antiga, remetendo para uma geografia da memória que atualiza no presente sobretudo a História colonial, definindo condições pós-coloniais de países ‘emissores’ e ‘recetores’ de migrantes entre a África e a Europa.

No momento em que escrevo estas páginas, o olho do furacão da apelidada ‘crise de refugiados’ já se desviou da atenção diária dos *mass media*. A palavra ‘crise’ tem sido utilizada por discursos *mainstream* para definir a situação presente no Mediterrâneo, mas neste texto utilizo-a para problematizar a espectacularização de um fenómeno que não é novo e para desconstruir uma certa produção discursiva e visual sobre estas migrações dos nossos dias. Os efeitos contínuos de tais migrações e representações permanecem, porém, para quem os quiser ver e (re)conhecer mais além das aparências e das boas intenções. As travessias do Mediterrâneo prosseguem, de forma insegura, e alimentando negócios ilegais de traficantes de seres humanos, passadores, e aproveitadores de ocasião. Os lucros avultam-se para quem vive da exploração do sofrimento e necessidade de fuga destas muitas pessoas vindas de regiões subsarianas, do Norte de África, após sobreviverem à passagem no deserto, às polícias corruptas dos países de fronteira, às vidas suspensas em enclaves de espera como Tanger ou Cairo, na miragem do chamado Velho Continente.

Juntamente com o Médio Oriente, o Norte de África e a África Subsaariana são as regiões que originam mais refugiados atualmente no planeta. Fugidos de conflitos, de governos autoritários e opressivos, da fome e da falta de água, procuram segurança em países vizinhos ou nas margens costeiras da Europa do Sul, em Espanha, Itália, Grécia, Chipre. Segundo a OIM, em Espanha neste ano de 2017 entraram 11.500, mais 7.300 do que em 2016.¹

No ano de 2016, o Sudão do Sul foi o país africano de onde fugiram mais pessoas (3,3 milhões), representando o terceiro país de maior fuga, após a Síria e o Afeganistão (Global Trends, Relatório do ACNUR 2017: 6). A Somália, República Centro-Africana, Nigéria e Burundi são outros dos países africanos de onde fogem mais pessoas. No total, hoje, estes refugiados ascendem a cerca de 19 milhões, ou seja, quase o dobro da população de uma megapolis como Londres, por exemplo. No entanto, a África não é apenas origem de refugiados, mas também destino para muitos deles e delas, que buscam asilo em países limítrofes aos de origem. Este continente também é o que mais abriga refugiados no mundo, segundo o ACNUR, recebendo quase 5 milhões de pessoas distribuídas principalmente entre o Uganda e Etiópia (Global Trends 2017, p. 3).

O futuro destas populações deslocadas no mundo enfrenta grandes incertezas, apesar da legislação internacional e das políticas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados serem pensadas para proteger os direitos e garantir a dignidade de vida das pessoas. Com efeito, os factos apontam para que o período de tempo médio decorrente entre a fuga do país de origem e o início de uma nova vida num país de acolhimento, seja de vários anos. Na realidade, tratam-se de vidas em espera. Espera em campos de refugiados, ou campos e cidades de retenção, onde a vida quotidiana vota adultos e crianças (mais de metade dos refugiados no mundo são crianças, segundo os dados oficiais) à experiência material e simbólica de violências várias, de desconforto constante. Estas experiências, além disso, estão quase sempre associadas a uma negação externa (institucional?) ou não reconhecimento da própria capacidade de atuação (*agency*) dos refugiados sobre os seus projetos de vida. O estado de exceção é dominante neste cenário huma-

1 <https://www.iom.int/news/mediterranean-migrant-arrivals-reach-133640-2556-deaths-2017> (site consultado em 27 de setembro 2017).

nitário e político à escala global, banalizando a condição de vulnerabilidade destes milhões de seres humanos.

Neste contexto de aumento crescente de pessoas a viver como sub-humanos sem real salvaguarda dos seus direitos e deveres, são, pois, os próprios valores e fundamentos culturais e políticos da maioria dos países Ocidentalizados que se encontram em gritante contradição. O reflexo invertido das realidades dos refugiados africanos na Europa aponta para uma aberração das próprias democracias ocidentais. Distorção esta que denuncia o desajuste político e moral da Europa também nesta matéria. Tal fato levanta várias questões a quem se incomoda com o estado atual das coisas, por exemplo: como se justifica o perpetuar e acentuar desta situação de exceção perante as responsabilidades políticas dos governos europeus e dos países de origem dos refugiados? Como compreender o que não só não atrasa, mas ainda acelera os mecanismos globais de produção de deslocados forçados? Como enfrentar os abcessos de injustiça e incumprimento do direito internacional e dos direitos humanos neste cenário? Como combater os aproveitamentos materiais e simbólicos da vulnerabilidade destes refugiados? Como encontrar soluções para que estas contradições políticas e sociais se desfaçam?

As perguntas são muitas, e muito mais do que estas aqui brevemente elencadas. Mas a procura de respostas requer tempo. Tempo de observação, de reflexão balizada por objetivos claramente definidos, tempo de negociação e de implementação de soluções a experimentar. Assim, aqui, apenas cabe reconhecer que um estudo aprofundado sobre tais questões aponta para novos caminhos de indagação e reflexão que são necessariamente interdisciplinares e carentes de reavaliação histórico-empírica. De acordo com os meus próprios interesses científicos e experiência de pesquisa junto de migrantes e refugiados em Portugal, pretendo destacar neste texto dois grandes domínios de consideração que se complementam na teoria e na prática: as projeções imagéticas entre ‘Europa’ e ‘África’ (representações que formatam as relações concretas entre povos e países dos dois continentes), e os desafios do contato direto entre refugiados africanos e europeus a partir da minha experiência de pesquisa em Portugal. No primeiro caso, entendo tratar-se de uma imaginação historicamente construída e culturalmente formatada num jogo, ao mesmo tempo, conexo e desconexo entre populações diversas dos dois lados do Mediterrâneo. No segundo caso, da situação muito concreta do estudo de terreno por parte de pesquisadores/as europeus sobre refugiados africanos.

IMAGENS EQUIVOCADAS

Para podermos pensar os movimentos de fuga de africanos rumo à Europa de hoje, e seus impactos recíprocos, há, pois, que ter em conta as relações coloniais e pós-coloniais entre países específicos, com características específicas e uma história política concreta, de um lado e do outro do Mediterrâneo. Há também que analisar os tecnicamente chamados mecanismos de atração-repulsão, característicos do capitalismo avançado e da dita globalização. Neste contexto, os dois mundos de cá e de lá das margens deste Mar revelam-se um ao outro nos seus aspectos mais sombrios e esquecidos das narrativas oficiais e identitárias. E um mergulho para lá das aparências faz-nos ver esses ângulos mortos das representações dominantes.

Para compreender as complexidades econômicas, políticas, sociais, e culturais em causa, o filósofo francês Etienne Balibar é um dos autores de referência a acompanhar. Segundo Balibar, as migrações voluntárias e forçadas para e na Europa de hoje conduzem à necessidade de repensar o ‘projeto europeu’ e as fronteiras nacionais e internacionais em equação com uma reflexão sobre os princípios abstratos que fundamentaram tal projeto. Reflexão essa que deveria propor-se passar da teoria à prática, das abstrações às ações concretas de construção de uma nova sociedade. Balibar fala a este propósito de uma “Europa dos povos”, de um “multiculturalismo cidadão”, e não de controle policial ou de políticas securitárias. Tal como está, a União Europeia não cumpriu o seu intento político, antes vivendo uma forma de “apartheid” que cria divisões gritantes entre os direitos garantidos aos nacionais dos estados-membros, e os de cidadãos de não estados-membros, minorias étnicas e imigrantes. Estes últimos são apelidados em países como a Itália e a Alemanha de *extracommunitari*, e *Ausländer*, o que traduz bem na linguagem comum a externalização de tais presenças no seio de democracias europeias. Muitos imigrantes e refugiados podem até ser incluídos economicamente, mas são excluídos politicamente, assim como são excluídos do imaginário europeu dominante sobre as identidades. E, aqui, a questão racial é fulcral. Na realidade, mesmo quando conseguem chegar finalmente à Europa, e conseguem procurar asilo ou trabalho, enfrentam ainda mais uma barreira quase intransponível: o preconceito e racismo. Paul Gilroy mostra, neste sentido, como “tentar ser ao mesmo tempo Europeu e Negro, requer uma forma específica de consciência dupla. Discursos racistas e nacionalistas, assim como o absolutismo étnico

na crítica cultural, orquestram relações políticas que tornam estas identidades mutuamente excludentes. (Gilroy 1993, p. 1). A presença física dos migrantes e refugiados negros pode ser e é aceite, mas as suas identidades não o são na noção dominante de ‘europeu’.

Por outro lado, Balibar chama a atenção para o fato de estarmos a viver uma oportunidade histórica para a reinvenção da ideia de cidadania, pertença e participação política de todos os que vivem na Europa. Para tal, sugere, que ou nos tornamos “mais democráticos” confrontando e resolvendo a questão das fronteiras territoriais e simbólicas, ou corremos o risco de perder a legitimidade e capacidade de enfrentar os conflitos sociais. Entretanto, movimentos xenófobos e nacionalistas fazem crescer partidos de extrema-direita, difundindo o medo e os discursos do ódio contra os imigrantes, refugiados, e diferenças culturais e religiosas. A islamofobia confunde diferença religiosa com terrorismo, criando outras barreiras de convivência pacífica e civilizada. Assim, uma intervenção política e cívica levada a cabo no sentido de democratizar a Europa nesta conjuntura, não pode apenas enumerar as condições e possibilidades (limitadas) existentes, mas deve ainda requerer uma articulação de novos entendimentos sobre o presente histórico e a vida na *polis*. No centro da proposta de Balibar, segundo Jason Read, está a ideia de relacionar explicitamente a vida econômica com transformações sociais multiculturais, novas ideologias e conceitos de comunidade política (Read 2004, p. 2).

A este propósito, Itamar Mann fala de um dilema para os Estados europeus: “ou tratar as pessoas como seres humanos, correndo o risco de mudar quem se é (em termos de composição da população), ou desistir dos direitos humanos, correndo o risco de se alterar quem se é (em termos de seus compromissos estruturais)” (Mann 2013, p. 315). O que está a suceder na prática – tal como demonstram observadores atentos, voluntários de terreno, jornalistas e acadêmicos-, é uma violação dos princípios e valores europeus, pelas próprias mãos de instituições oficiais e decisores políticos. Isto acontece com governos de estados-membros da União Europeia que não cumprem a regras da União (por exemplo a Hungria e República Checa que proíbem a entrada de refugiados nos seus territórios), mas igualmente em ações securitárias e formas de ‘acolhimento’ em países que cumprem essas regras formalmente. Para além disso, também é possível verificar os ganhos e interesses económicos e financeiros em torno das migrações clandestinas, deslocamentos forçados, e mesmo acolhimento de refugiados. Já há alguns anos a autora Claire Rodier,

alertava para o verdadeiro “negócio da xenofobia” que as políticas securitárias alimentam (Rodier, 2012). E hoje são recorrentes os testemunhos de voluntários e missionários em campos de refugiados ou nos itinerários de fuga (Raoul, 2017; Perpétuo, 2017; Marques, 2017), que relatam e atestam os aproveitamentos indecorosos de comerciantes, militares e cidadãos europeus, sobre a vulnerabilidade de homens, mulheres e crianças em evasão. É importante relembrar que a grande maioria dos refugiados africanos chegam à Europa sabendo não reunir condições para requerer asilo, recorrendo, por isso, à destruição voluntária dos seus passaportes (chamados de *Harraga*, palavra que significa “os que queimam”), ou à queimadura com ácido das próprias impressões digitais com o intuito de não serem repatriados.

A fronteira marítima e simbólica que o Mediterrâneo representa, separa um mundo pobre, de perseguições e prepotências governativas, de um outro mundo supostamente rico, democrático, defensor de direitos fundamentais como a educação, saúde, habitação e participação cívica. Acresce agora a seca e seus impactos alimentares como causas de fuga, bem como as limpezas éticas que obrigam milhões de pessoas a procurar segurança onde ela existe, perseguindo uma certa ideia pré-fabricada da Europa “El Dorado”. Noutra publicação já tive oportunidade de escrever que a expressão “El Dorado” está para a imigração na Europa como a expressão “Descobrimentos” para a emigração dos primeiros europeus em terras ameríndias (Lechner, Nolasco, Sousa Ribeiro, 2014, p. 1). Um grande equívoco batiza cada uma destas palavras. Mas apesar de equivocadas, ambas as imagens têm perdurado no tempo e construído um imaginário que continua a alimentar falsas ideias sobre as migrações Sul-Norte. O que as duas expressões traduzem de verdadeiro, isso sim, é a perspectiva dos europeus sobre a chegada aos outros continentes e as suas sempre eternas ambições de conquista e supremacia mundial. A chamada globalização, por sua vez, traduz esta versão da história em detrimento da versão dos globalizados a Sul; traduz o imaginário globalizador mesmo quando incorporado no imaginário dos globalizados que, assim, buscam uma miragem.

Estas imagens equivocadas seguem um mito enraizado no senso comum que Eduardo Lourenço desconstrói face às evidências do presente histórico: “A cultura europeia que julgava o mundo está em julgamento e não podemos continuar os nossos jogos culturais como se estivéssemos sós no mundo. O mais lúdico dos prazeres humanos converteu-se em jogo de vida e de morte,

não porque estejamos à beira de ser submersos por uma barbárie mais inquietante do que aquela que nós mesmos inventamos, mas apenas por uma rasura insensível e invisível de nossa imaginária identidade. Ao menos devemos saber de que é que estamos doentes e se, condenados à morte, saímos de uma História que julgávamos nossa, de olhos abertos ou se já feridos de um sonambulismo incurável.” (Lourenço, 2007, p. 4)

É fácil encontrar entendimentos que reconhecem os abismos que separam a Europa do continente africano como estando associados a questões econômicas, políticas e históricas. E muitas das soluções apontadas por decisores políticos e tecnocratas passam por ideias de desenvolvimento a aplicar nos países de origem dos migrantes e refugiados africanos. Menos corrente é encontrar compreensões dos mesmos fatos que apontem o dedo à história dos colonialismos europeus, orientando as reflexões e ações no sentido da consciencialização histórica e da autocrítica, inibidoras do aproveitamento continuado do estado das coisas. Consciência e autocrítica, é certo, não servirão completamente os objetivos de transformação se se ficarem pelo reconhecimento das responsabilidades. Mas constituem condição necessária para a não replicação dos modelos já usados. Apenas revisitando o passado e (re)conhecendo os outros lados da História (a dos colonizados), será possível construir projetos de futuro diferente. Haverá vontade política para tal? O que faria sobrepor os interesses de justiça social e igualdade entre diferentes cidadãos do mundo aos interesses económicos, políticos e geoestratégicos dominantes? O drama humanitário dos refugiados africanos que tentam a Europa não chega para fazer pensar e agir de novas maneiras?

As estatísticas dos naufrágios e mortes no Mediterrâneo não parecem ter tido impacto, até hoje, nas políticas migratórias e de acolhimento na Europa. O número de refugiados não cessa de aumentar, colocando em evidência contradições reiteradas entre os valores proclamados na Europa (ou como sendo valores europeus históricos, culturais, políticos, ditos ‘civilizacionais’) e discursos e práticas no quotidiano. Na verdade, torna-se legítimo perguntar, inspirando-nos em Achille Mbembe (2006) – que fala na “política do fazer morrer e deixar viver” –, se as escolhas oficiais face aos refugiados africanos não seguem uma necropolítica internacional das migrações? A aceitação destas mortes, naufrágios e derivas como modo de governação instalado parece dar razão a Mbembe e a Giorgio Agamben que vê neste cenário um “estado de exceção” e reprodução de “vida nua” (Agamben, 1998; 2015).

Para o pensador italiano, no seio das chamadas democracias liberais vivemos num constante estado de exceção, espécie de excrescência jurídica que se caracteriza pela anulação de direitos essenciais, garantidos pelas constituições, como as liberdades individuais. Apelando ao estado de exceção, ou estado de sítio, geralmente com base na alegação de um perigo externo de caráter extraordinário, que coloque em risco a integridade e a segurança da nação, o soberano sente-se no direito, para a proteção de seus domínios, de suspender as garantias legais pertencentes aos indivíduos. Vida nua, por sua vez, traduz essa condição de falta de direitos, de vida desprotegida, denunciando os dispositivos de controle biopolíticos contemporâneos expressos em atos de xenofobia e exclusão. Tal impede a concretização da dimensão humana da vida política, ou seja, uma política de participação com potencial de reconhecimento da dignidade de todos e de cada um/a. Hannah Arendt já havia utilizado a expressão “vida nua pura” a propósito dos refugiados europeus de entre as duas grandes guerras. Arendt referiu-se à vida nua para identificar aqueles que haviam perdido o direito a ter direitos e se encontravam radicalmente excluídos do próprio conceito de humanidade, sobretudo em função do recurso a um mecanismo de desnacionalização presente nos ordenamentos jurídicos de quase toda a Europa dita civilizada da altura (Arendt, 1951). Na atualidade, é a figura do migrante clandestino e do refugiado que condensa esta experiência de vida nua e estado de exceção. As políticas migratórias da União Europeia e dos países de passagem dos refugiados mais parecem limitar-se a uma “gestão dos indesejáveis” (Agier, 2008), que, na fuga e pedido de asilo, não encontram muitas vezes lugar num ‘mundo comum’, perpetuando-se, assim, a produção de “os condenados da Terra” (Fanon, 1961).

HOSPITALIDADE NA DIVERSIDADE

Uma observação realista da vida política das democracias europeias contemporâneas encontra no crescimento de movimentos anti-imigração, de violências nacionalistas, e xenofobia, uma nova barbárie. Uma contradição fundamental está a tomar relevo entre os princípios e mecanismos democráticos dos nossos sistemas políticos e a diversidade cultural das populações aqui residentes. Por outro lado, o paradigma do máximo lucro aplicado à vida econômica, faz com que os contingentes de migrantes e refugiados do mundo pobre, alimentem o mundo rico num mecanismo automático de reprodução de desigualdades

e injustiças que torcida a própria capacidade de autoavaliação dos governos e identidades dominantes. Quem quer, pode e manda, não está interessado em reconhecer a sua cegueira, avançando ao ritmo acelerado da miragem de lucros, mesmo olhando de frente o espelho do abismo a acontecer. No entanto, como lembram filósofos e poetas, cada vida recém-nascida convida à partilha de generosidades e dons; convida a uma justiça entendida como herança universal capaz de reconhecer a dignidade humana (Lévinas, Derrida, Glissant, Chamoiseau, entre outros). O aparecimento desta nova barbárie, então, é o reflexo do esgotamento de um imaginário dominante na Europa e da exaustão dos sistemas de representação, individuais e coletivos (Chamoiseau, 2017). Uma nova imaginação está por inventar na passagem à prática da convivência multicultural e no governo dos povos agora em contacto pelas mobilidades humanas dos nossos tempos.

A partir da nossa experiência de investigação com imigrantes e refugiados,² posso aqui indicar as intuições e ensaios resultantes de práticas de pesquisa de terreno concretas. Mesmo face às resistências e obstáculos que o próprio mundo acadêmico ainda apresenta (como sintoma, aliás, de uma hierarquia de poderes e saberes instituídos), encontramos grande potencial criativo de transformação social na convivência, coexistência, confrontação positiva que este trabalho proporciona. Inspiramo-nos numa crença otimista, construtiva, segunda a qual uma pedagogia de partilha de histórias de vida (Richard Kearney, 2009), e de testemunhos biográficos (Lechner, 2017), pode contribuir para a criação de pontes entre pessoas e culturas diferentes ou em conflito a um certo nível. Podem ainda estas metodologias participativas de pesquisa, articular-se com organizações da sociedade civil no sentido de criar sinergias e ‘bancos de saber e de competências’ que gerem, por exemplo, emprego ou alojamento aos refugiados e refugiadas. Mas já o simples facto de ouvirmos e prestarmos atenção a estas pessoas fora de um contexto meramente regulatório ou de controle policial, abre portas a uma nova forma de relação, a uma ‘poética do diverso’ (Glissant, 1996) com ‘direito à opacidade’ (Glissant, 1990), capazes de conduzir a resultados criativos/positivos para ambos os lados em conjunto.

2 Projeto “Pesquisa das Migrações e Abordagem Biográfica: construindo um trabalho em colaboração no contexto português”, PTDC/CS-ANT/111721/2009 – FCOMP-01-0124-FEDER-014442; e projeto “Participatory Media Biographical Research to and from Portugal, FCT IF/00107/2013

Neste trabalho, a escuta atenta e respeitosa é o ponto de partida para a criação de novas possibilidades. E há que reconhecer os desafios éticos e técnicos que aí enfrentamos. Um deles é o significado social de uma frase frequentemente proferida por migrantes e refugiados/as: “...a minha história não tem interesse”. Esta afirmação, proferida por interlocutores de origens muito diversas, aponta para uma auto-subalternização e auto- desvalorização face a formas institucionalizadas de poder e de saber. Porém, na nossa opinião, os relatos de quem foi ou é protagonista de uma experiência de migração ou fuga e refúgio, não apenas são extremamente interessantes como também muito relevantes em termos políticos, cívicos e de produção de saber útil à sociedade. O trabalho de entrada em contato com essas experiências e relatos, de visibilização e reconhecimento (em privado ou em público), comporta uma responsabilidade por parte de quem investiga, desde logo na forma como solicitamos e respeitamos tais narrativas, num mundo crescentemente intolerante. Entendo tal responsabilidade como uma empreitada ética, técnica, e cívica que se materializa numa prática concreta de investigação com consequências coletivas (mesmo se à escala micro). O ponto de partida teórico aqui adotado, torna-se consistente pela aplicação de uma metodologia participativa como as oficinas biográficas, ou rodas de histórias, que juntam migrantes e refugiados de diversas origens, num diálogo respeitoso, com efeitos exponenciais para o grupo como um todo (ver Lechner, 2015).

Em termos práticos, este tipo de trabalho (que é feito em grupo) põe a nu o fato de o reconhecimento (Honneth, 1996) das pessoas que são os refugiados e migrantes acontecer de acordo com três instâncias durante as oficinas biográficas: anuência, tomada de consciência, e respeito. Anuência quanto ao fato de que os textos e contextos particulares de vivência dos participantes serem determinados por estatutos legais, sociais, e de existência concretos (os/ narradores/as deixaram um certo país, em certas condições, encontrando-se numa situação específica presente, carregando projetos de futuro e aspirações). As circunstâncias de cada um variam muito, mostrando que migrantes e refugiados não são um grupo homogêneo de pessoas e experiências. Tomada de consciência das intenções na participação de cada um/uma nas rodas (se são de diálogo, reciprocidade, compromisso cívico, responsabilidade social, participação, ou defesa de interesses meramente unilaterais/egoístas). Respeito do Outro na sua diferença e singularidade reciprocando compreensões, diálogos, intercâmbio de experiências, aprendizagem mútua, trabalho para a paz social.

O reconhecimento como anuênci a ou aceitação, de fato, conduz ao reconhecimento como consciência das especificidades de cada um. Tal implica em si um processo de aprendizagem do respeito mútuo quando pessoas diferentes, às vezes radicalmente diferentes, aceitam se encontrar e conversar.

O justo reconhecimento só pode ser conseguido no seio de uma ordem institucionalizada de direitos genuinamente garantidos (Williams, 1997, p. 59–68). Há três grandes esferas de manifestação/efetivação de reconhecimento: o amor familiar, respeito contratual na sociedade civil, e solidariedade do Estado (Hegel 1821). Estas esferas permitem aos sujeitos sentirem-se em casa na coletividade ao providenciarem as regras e normas que dão sentido a uma vida plena, realizada. De acordo com esta tipologia, os direitos situam- se especificamente na esfera da sociedade civil. Aí encontramos as ‘instituições para o reconhecimento’ que são supostas garantir os direitos de todas as pessoas (Honneth, 2014). Ora, de forma clara, para os migrantes e refugiados africanos que estão duplamente (por serem outsiders e negros) “fora do lugar” nesta Europa branca e racista que aqui refiro, este reconhecimento está ferido à partida. Um refugiado, ou requerente de asilo encontra-se – por definição – encapsulado numa designação que o/a remove da regular participação na sociedade. Ao serem nomeados de ‘imigrantes’, ou ‘refugiados’, as suas posições nas sociedades ditas de acolhimento são vistas de forma diferente: como sendo de exceção ou normalidade face à lei. E para o sentimento de pertença de uma pessoa a uma dada sociedade, esta diferença é decisiva. Apenas após ultrapassar este primeiro passo na inserção num país de refúgio, podemos realisticamente analisar a possível futura partilha de experiências de vida e de histórias. As categorias nominais atribuídas a pessoas, bem como os conceitos operacionais utilizados por políticas públicas e pesquisadores constituem, assim, uma primeira barreira a ultrapassar, se não quisermos reiterar as exclusões. Mas a questão racial é outra grande barreira que, quando menos esperávamos, ganha volume e força na vida política das sociedades europeias.

Lembra-nos Richard Kearney (2009) que as palavras “hospitalidade” e “hostilidade” têm a mesma origem etimológica: “host”, que significa estrangeiro. O ‘estrangeiro’ pode provocar sentimentos opostos de hostilidade e hospitalidade, e a passagem de uma à outra, segundo este autor, pode acontecer através do partilhar das experiências de vida, por quem o puder e quiser fazer, por quem o puder e quiser ouvir. Tal partilha contribui para a criação de uma narrativa humana comum e um acervo de histórias que só ganham em conhe-

cer-se e respeitar-se mutuamente. Este movimento é contrário ao elevar de muros, barreiras, intolerâncias e medos entre grupos diferentes. E também é contrário ao perpetuar das abissais desigualdades que inferiorizam uns e colocam outros em pedestais de grandeza tão real quanto ilusória. É neste sentido que Derrida já dizia que o ato de hospitalidade só pode consistir no reconhecimento limite de que todos somos potencialmente estrangeiros; e na realização de um gesto poético de respeito incondicional pelo Outro.

Perante as propostas aparentemente utópicas da filosofia e da poética aqui indicadas, uma segunda responsabilidade parece ganhar o nosso campo de ação e reflexão: a de escolher entre a liberdade de contribuir para uma cultura da paz e do diálogo, ou de alimentar o ódio, intolerância e guerra que mantém os privilégios de uns em detrimento da dignidade de outros. Parece-nos relevante perceber que o trabalho e ação de cada pessoa neste contexto pode servir um propósito mais ou menos construtivo de uma sociedade inclusiva, justa e aceitando os desafios sociais e culturais que o presente histórico nos lança.

Não afirmamos que este é um caminho fácil ou não-utópico, mas parece-nos mais promissor e seguro para as nossas vidas do que os que defendem a desunião na diferença, desrespeito mútuo, desresponsabilização histórica e cívica. O que, na prática, o diálogo intercultural e na diversidade radical oferece é uma desconstrução do tal imaginário equivocado citado anteriormente. Consequentemente, oferece também a oportunidade criativa de imaginação e construção de um mundo novo onde os horrores da história não se repitam ou comprometam o futuro do planeta. Vivemos, neste momento, a perpetuação de conflitos militares que expulsam muitos dos refugiados no mundo, e muitos dos refugiados africanos rumo à Europa. Mas somos também testemunhas de uma guerra contra o planeta levada a cabo pelos próprios humanos! Muitos recursos naturais estão a ficar escassos, a começar pela água, sem a qual não há vida. As mudanças climáticas produzem outros milhões de deslocados e sabemos que tal se deve à contaminação e poluição do ar, águas, solo. E neste preciso momento, estamos igualmente a assistir à ameaça de uma guerra nuclear que já não é mera ficção-científica ou obra cinematográfica. Parece, pois, que uma certa urgência permeia as nossas reflexões e ações, no sentido de contrapor, de forma consciente e ativa, os discursos e iniciativas da Paz, aos da guerra e autoaniquilação. Tal pode ser feito através do respeito pelo planeta, do respeito pelo próximo e pelos mais vulneráveis como são os refugiados africanos. E pode ser feito na utopia concreta do respeito pela história, pelas

relações entre povos que, sendo todos diferentes e mesmo divergentes, são todos iguais. Quem tem a coragem de “baixar armas”? Talvez apenas quem não queira ganhar a vida com elas...

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua*. Tradução de António Guerreiro. Lisboa: Presença, 1998. (no Brasil: *Homo Sacer*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002).
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Lisboa: Edições 70, 2015. 144 páginas. (no Brasil: Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004).
- AGIER, Michel. *Gérer les indésirables. Des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire*. Paris: Flammarion, 2008. 350 páginas.
- ARENDT, Hannah. *The Origins of Totalitarism*. New York: Schocken Books, 1951. 704 páginas.
- CHAMOISEAU, Patrick. *Frères Migrants*. Paris: Seuil, 2017.
- DERRIDA, Jacques. *Anne Dufourmantelle invite Jacques Derrida à répondre De l'hospitalité*, Paris: Calmann-Lévy, 1997.
- FANON, Franz. *Les Damnés de la Terre*. Paris: Maspéro, 1961.
- GILROY, Paul. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. London: Verso, 1993.
- GLISSANT, Édouard. *Introduction à une poétique du divers*, Paris: Gallimard, 1996.
- GLISSANT, Édouard. *Poétique de la Relation*, Paris: Gallimard, 1990.
- HONNETH, Axel. *The Struggle for Recognition: The Moral Grammar of Social Conflicts*. MIT Press, 1996.
- HONNETH, Axel. *Freedom's Right*. New York: Columbia University Press, 2014.
- KEARNEY, Richard. www.guestbookproject.org. Boston, 2009. Website.
- LECHNER, Elsa (org.). *Rostos, Vozes e Silêncios. Uma pesquisa biográfica colaborativa com imigrantes em Portugal*. Coimbra: Almedina, 2015.
- LECHNER, Elsa. Narratives in, with, and beyond borders: potentialities and constraints of biographical research with refugees. *A/B Studies*, 32, 1, Special Issue on Excavating Lives, 2017. pp. 637-643.
- LOURENÇO, Eduardo. *O Nossa Tempo e o Tempo dos Outros*, Lição Inaugural, Cátedra “Eduardo Lourenço”, Universidade de Bolonha, 2007. 24 páginas.
- MANN, Itamar. “Dialectic of Transnationalism: Unauthorized Migration and Human Rights”, *Harvard International Law Journal*, 54(2), 2013. pp. 315-391.
- MARQUES, Ângela. 2017. “Muros da Vergonha/Fences of Shame” in Carlos Nolasco e Elsa Lechner, *O Drama dos/as Refugiados/as na Europa – Um estágio Ciência Viva*, Ces- Contexto, n. 18, 2017. pp. 54-58.
- MBEMBE, Achille. Nécropolitique. *Raisons politiques*, n. 21, (1), 2006. pp. 29-60. DOI: 10.3917/rai.021.0029.

- NOLASCO, Carlos; LECHNER, Elsa; RIBEIRO, Joana Sousa. 2014. "Reflexos invertidos. As mi-
grações clandestinas no cinema documental." *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 105, 1. pp.1-7.
- PERPÉTUO, Ana. Dare to Care. In: NOLASCO, Carlos e LECHNER, Elsa, *O Drama dos/as Refugiados/as na Europa – Um estágio Ciência Viva*, Ces-Contexto, n. 18, 2001. pp. 48-54.
- RAOUL, Edgard. Última saída. In: NOLASCO, Carlos e LECHNER, Elsa, *O Drama dos/as Refugiados/as na Europa – Um estágio Ciência Viva*, Ces-Contexto, n. 18, 2017. pp. 39-47.
- READ, Jason. "Writing in Conjunction. Etienne Balibar, We, the People of Europe? Reflexions on Transnational Citizenship". *Borderlands* e-journal, vol. 3, n. 1, 2004. Princeton University Press.
- RODIER, Claire. *Xénophobie business, a quoi servent les contrôles migratoires*. Paris: La Découverte, 2012.
- WILLIAMS, Robert R. *Hegel's Ethics of Recognition*, University of California Press, 1997. 450 páginas.